

Carregal do Sal

revisão pdm

**RESUMO NÃO TÉCNICO DO RELATÓRIO AMBIENTAL – AVALIAÇÃO
AMBIENTAL ESTRATÉGICA**

PROPOSTA DE PLANO – VERSÃO FINAL

(E11)

Julho 2024



CARREGAL DO SAL
município



Informação sobre o documento

Cliente	Câmara Municipal de Carregal do Sal
Designação do Projeto	2.ª revisão do Plano Diretor Municipal de Carregal do Sal
Referência do Projeto	PR-03886
Fase do Projeto	Fase 3. Proposta de Plano
Designação do entregável	E11. Proposta de Plano – versão final Resumo Não Técnico do Relatório Ambiental - AAE
Referência do ficheiro	Revisão PDM Carregal do Sal_E11_RNT
N.º de páginas	19
Autoria	Equipa do Plano (SPI) Paula Bernardo Engenheira do Ambiente Daniela Neves Geógrafa – especialização Turismo Joana Rodrigues Gestora em Administração Pública Empresarial Sara Barroso Urbanista Verónica Silva Geógrafa
Data	12 de julho de 2024

Índice de conteúdos

1	Introdução.....	4
2	Objeto de avaliação. O que se avaliou?	5
3	Descrição do objeto de avaliação	10
4	Caracterização da situação atual e evolução prevista na ausência do Plano	12
4.1	Desenvolvimento Socioeconómico	12
4.2	Estruturação e qualificação do território.....	13
4.3	Sustentabilidade ambiental	13
5	Efeitos decorrentes da implementação do plano	16
6	Monitorização ambiental estratégica do Plano.....	17
7	Conclusões finais	19



1 Introdução

O presente documento constitui o Resumo não Técnico (RNT), documento independente, contudo parte integrante do Relatório Ambiental (RA) da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) da proposta de revisão do Plano Diretor Municipal de Carregal do Sal (CMCS).

O RNT assume o papel de sumarizar e traduzir, em linguagem não técnica, o conteúdo do Relatório Ambiental, tornando este documento mais acessível a um grupo mais alargado de interessados.

O Decreto-Lei nº 232/2007, de 15 de junho, veio estabelecer o regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente. De acordo com o artigo 2º do mesmo decreto-lei, entende-se por Avaliação Ambiental (AA), a “identificação, descrição e avaliação dos eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes de um plano ou programa, realizada durante um procedimento de preparação e elaboração do plano ou programa e antes de o mesmo ser aprovado ou submetido a procedimento legislativo, concretizada na elaboração de um relatório ambiental e na realização de consultas, e a ponderação dos resultados obtidos na decisão final sobre o plano ou programa e a divulgação pública de informação respeitante à decisão final”. Face ao exposto a revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Carregal do Sal encontra-se sujeita a avaliação ambiental estratégica.

A Câmara Municipal de Carregal do Sal é a entidade legalmente responsável pela elaboração da avaliação ambiental estratégica, pela definição do seu âmbito e pela elaboração da respetiva Declaração Ambiental.

O presente documento está organizado da seguinte forma:

- Capítulo 2 – descrição do objeto de avaliação, a proposta de revisão do Plano Diretor Municipal de Carregal do Sal;
- Capítulo 3 – descrição do processo de avaliação ambiental estratégica;
- Capítulo 4 – caracterização da situação atual do concelho e evolução prevista na ausência de Plano;
- Capítulo 5 – identificação dos efeitos decorrentes da implementação do plano, e consequentes recomendações;
- Capítulo 6 – descrição do processo de monitorização ambiental estratégica do Plano;
- Capítulo 7 – conclusões finais.

2 Objeto de avaliação. O que se avaliou?

O objeto da Avaliação Ambiental estratégica é a proposta da segunda revisão do Plano Diretor Municipal de Carregal do Sal, processo que se encontra em curso e que teve início em 2019.

O processo de revisão do Plano Diretor Municipal de Carregal do Sal inclui quatro fases:

- Fase 1: Preparação;
- Fase 2: Caracterização e Diagnóstico;
- Fase 3: Proposta de Plano;
- Fase 4: Versão Final do Plano.

Na Fase 2 foram efetuados os Estudos de Caracterização e Diagnóstico e o Quadro prévio de ordenamento do território.

A estratégia da segunda revisão do PDMCS responde aos cinco macro desafios do território de Carregal do Sal, a saber: (i) Coesão social e qualidade de vida; (ii) Sustentabilidade ambiental e ordenamento do espaço rústico; (iii) Sistema urbano e qualificação urbana; (iv) Desenvolvimento económico, inovação e emprego; (v) Redes de acessibilidade; e visa promover um modelo de desenvolvimento territorial assente nas seguintes prioridades estratégicas:

- a) Promover o ordenamento do espaço rústico e valorizar os seus recursos;
- b) Apostar na consolidação do sistema urbano e na requalificação dos aglomerados;
- c) Assegurar a coesão social e a melhoria da qualidade de vida da população;
- d) Investir no desenvolvimento económico, inovação e emprego;
- e) Promover a resiliência territorial num contexto de mitigação e adaptação às alterações climáticas, privilegiando modelos eficientes de edificação, urbanização e gestão do território;
- f) Desenvolver as redes e as conexões internas e externas.

Nesse sentido, conforme o disposto no Relatório de Avaliação da Execução do Planeamento Municipal, foram identificados os objetivos estratégicos a prosseguir, relevantes para o desenvolvimento do concelho de Carregal do Sal, os quais se materializam no modelo territorial do Plano:

- **Valorização do capital territorial:** especialmente da paisagem, do património natural e cultural e dos recursos endógenos, em prol de uma maior sustentabilidade e da projeção externa do território como um destino de qualidade, potenciando as atividades de visitação, o turismo e o recreio e lazer;
- **Desenvolvimento do setor agroflorestal:** por via do incremento das atividades agrícolas (com ênfase na vitivinicultura) e florestais (com ênfase na floresta de pinheiro manso), acautelando um melhor ordenamento do território, uma aposta em culturas de maior valor acrescentado e ambientalmente mais sustentáveis e a valorização de produtos locais;
- **Qualificação e oferta de espaços para acolhimento empresarial:** em articulação com serviços de apoio às empresas e empreendedores, à inovação e desenvolvimento, e à capacitação dos recursos humanos, sobretudo focados nos setores de especialização do concelho;
- **Valorização do contexto urbano-rural:** através da qualificação da rede polinucleada de pequenos centros urbanos e da adequada gestão de usos do solo e oferta de serviços, de forma a promover uma maior coesão territorial e social;
- **Melhoria do ambiente urbano:** fator de atração de novos residentes e atividades, suportado na aposta na reabilitação urbana como motor de qualificação dos aglomerados urbanos e de promoção da sua revitalização física e ambiental, económica, social e cultural, bem como na valorização da função residencial;
- **Melhoria da oferta de serviços coletivos e infraestruturas:** designadamente nas áreas da saúde, segurança, educação, comércio e serviços, transporte e tecnologias de informação e comunicação, explorando soluções flexíveis e de proximidade adaptadas às características do território e da população;
- **Aposta numa maior cooperação territorial:** associada a uma melhor promoção do território e de modo a potenciar os valores concelhios e ganhar escala nos domínios em que o território de Carregal do Sal é e poderá vir a ser reconhecido.

A concretização destes objetivos estratégicos traduz-se num conjunto de ações e medidas que resultam na seguinte tabela:

Tabela 1. Objetivos Estratégicos (OE) da proposta de revisão do PDMCS e respetivas ações e medidas

Objetivos Estratégicos	Ações e Medidas propostas
Valorização do capital territorial	■ Preservação do património classificado ■ Reforço das rotas de visitação ■ Valorização das áreas de vinha dispersas pelo território

Objetivos Estratégicos	Ações e Medidas propostas
	- Proteção das áreas naturais associadas à zona de interesse conservacionista de Papízios e ao Sítio de Carregal do Sal - Valorização dos corredores ecológicos que se desenvolvem ao longo dos rios Mondego e Dão e das principais ribeiras do Concelho - Preservação das áreas sensíveis e fundamentais para a sustentabilidade dos ecossistemas locais e/ou de produção - Criação de uma rede de ciclovias na vila de Carregal do Sal (para promoção da mobilidade suave em viagens de curta distância) - Criação da ciclovia de Carregal do Sal, de ligação à Ecopista do Dão - Criação de roteiros turísticos - "Conheça o seu concelho" - Promoção de atividades/gestão eficiente da rede de equipamentos culturais (arqueológicos e arquitetónicos) - Núcleo de história e identidade de Carregal do Sal (o núcleo deverá estar integrado em espaços públicos já existentes/rede polinucleada)
Desenvolvimento do setor agroflorestal	- Apoio aos investimentos privados associados às atividades agrícolas e florestais - Definição das espécies florestais a privilegiar nas ações de arborização e rearborização - Reflorestação do concelho (disponibilização, para plantação, de espécies autóctones como incentivo à reflorestação do concelho) - Atualização do cadastro florestal e execução de operações de limpeza manutenção da floresta (apoio a pequenos proprietários florestais) - Construção do centro interpretativo do pinheiro manso (espaço que visa a disseminação da importância do pinheiro manso no concelho)
Qualificação e oferta de espaços para acolhimento empresarial	- Valorização das áreas de localização empresarial situadas junto aos nós de acesso do IC12 - Ampliação da Zona Industrial de Carregal do Sal - Reabilitação da antiga Conservatória e refuncionalização para apoio à microeconomia e criatividade - Ampliação do espaço de atividades económicas na Zona Industrial de Carregal do Sal (destinado a atividades industriais e de logística) - Reabilitação do Mercado Municipal e refuncionalização como espaço de acolhimento de atividades económicas - viveiro de empresas - Qualificação da área envolvente aos espaços de atividades económicas em Currelos
Valorização do contexto urbano-rural	Fortalecimento da Vila de Carregal do Sal e valorização dos aglomerados principais
Melhoria do ambiente urbano	- Valorização dos espaços centrais e tradicionais dos aglomerados - Consolidação dos espaços urbanos mais dispersos visando a limitação da expansão urbana

Objetivos Estratégicos	Ações e Medidas propostas
	▪ Elaboração das Operações de Reabilitação Urbana (ORU), de natureza sistemática, de Cabanas de Viriato, Oliveira do Conde, Beijós, Fiais da Telha, Papízios e Parada ▪ Requalificação da Quinta do Gorgulão ▪ Criação de áreas de lazer: de Marcudo, de Cabriz e de Carvalhais ▪ Criação de espaços verdes de recreio, de lazer e de enquadramento em Corgas e em Carregal do Sal Norte ▪ Elaboração da Estratégia Local de Habitação ▪ Programa de atração de atividades e residentes para a ARU de Carregal do Sal ▪ Reabilitação do parque edificado da ARU da vila de Carregal do Sal ▪ Qualificação dos espaços pedonais ▪ Manutenção e qualificação e estruturação de corredores verdes ▪ Qualificação da envolvente ao centro escolar de Carregal do Sal ▪ Programa de qualificação do comércio local (promoção da reabilitação dos estabelecimentos comerciais existentes no centro da vila, tendo em vista o reforço da sua atratividade) ▪ Melhoria da eficiência energética dos edifícios públicos e privados
Melhoria da oferta de serviços coletivos e infraestruturas	▪ Descentralização de serviços e/ou itinerância de serviços básicos de suporte à população ▪ Reformulação do IC12 ▪ Reconversão do IP3 ▪ Valorização das estações ferroviárias (ao nível da infraestrutura e do serviço) ▪ Criação de ligação ciclável/pedonal entre a vila de Carregal do Sal e funções urbanas complementares na periferia (permitindo estruturar uma fácil ligação entre zonas de equipamentos administrativos, educativos, desportivos e industriais e implementar um sistema urbano de bicicletas de utilização pública) ▪ Construção da variante de Oliveira do Conde ▪ Abertura de arruamentos (i) em Oliveirinha – de ligação entre o Terreiro da Cocheira à Travessa da Lameira (Oliveirinha); (ii) em Fiais da Telha – de ligação entre a Rua do Apeadeiro e a Rua da Cernada; (iii) em Carregal do Sal – de ligação e no centro em Carregal do Sal, de ligação na Rua de São Brás, entre a Rua Cristos e a rotunda do CM1481, de ligação à Rua dos Cardosos, na Quinta da Tapada, em Currelos; (iv) em Cabanas do Viriato – entre a EM337 e a Rua José Pereira Dias ▪ Requalificação (i) do caminho das Moitas (Fiais da Telha e Oliveirinha); (ii) do caminho entre Alvarelhos e Carregal do Sal; (iii) de arruamentos na Quinta da Tapada

Objetivos Estratégicos	Ações e Medidas propostas
	▪ Reestruturação dos sistemas de tratamento de águas residuais – Subsistema de Cabriz, Subsistema de Papízios, Subsistema de Parada ▪ Construção e reestruturação/beneficiação de ETAR ▪ Ampliação da rede de drenagem de águas residuais e pluviais do concelho ▪ Ampliação da rede de abastecimento de água do concelho ▪ Alargamento das redes <i>wi-fi</i> do município para todas as localidades e fora das mesmas ▪ Ampliação dos cemitérios de Fiais da Telha e Oliveira do Conde ▪ Melhoria da eficiência energética no espaço público ▪ Campanhas de sensibilização para a recolha seletiva de resíduos
Maior cooperação territorial, associada a uma melhor promoção do território	▪ Reforço das relações regionais com Coimbra e Mangualde e das relações intermunicipais com Santa Comba Dão, Tondela, Nelas e Oliveira do Hospital ▪ Programação cultural em Rede (eventos e espetáculos culturais, integrados na operação “Itinerários Culturais – Região Viseu Dão Lafões”, com orientação particular para a valorização turística do património e para a participação ativa das comunidades locais)

3 Descrição do objeto de avaliação

No âmbito da avaliação ambiental estratégica da proposta da segunda revisão do Plano Diretor Municipal de Carregal do Sal foram propostos os seguintes Fatores Críticos de Decisão (FCD):

Tabela 2. Fatores de avaliação relevantes para a AAE da revisão do PDMCS
Fonte: SPI, 2019

Desenvolvimento Socioeconómico
Pretende avaliar o contributo do PDM para a (i) promoção de riqueza via criação de cadeias de valor diferenciadoras, por meio da consolidação e expansão dos setores vitivinícola, florestal e cultural e dos setores do turismo e agroindustrial; (ii) criação de emprego e qualificação do potencial humano do território; (iii) fixação da população e promoção da qualidade de vida.
Estruturação e qualificação do território
Pretende avaliar o contributo do PDM ao nível do ordenamento do território, designadamente na promoção de um sistema territorial equilibrado, que acautele a ocupação e utilização do solo rústico e que promova a ocupação eficiente do solo urbano, respeitando os valores naturais e culturais presentes e orientando para a requalificação e reabilitação urbana.
Sustentabilidade ambiental
Pretende avaliar o contributo do PDM para a conservação da natureza e biodiversidade, para a prevenção e salvaguarda de riscos naturais e tecnológicos e para a preservação dos recursos e do homem.

Estes Fatores de Decisão constituem os temas fundamentais para a decisão sobre os quais a AAE se deve debruçar e estruturam a análise e avaliação de oportunidades e riscos. A análise destes temas/fatores desenrolou-se do seguinte modo:

- Caracterização da situação atual e da evolução prevista na ausência de Plano e identificação dos principais problemas ambientais. Esta caracterização não pretende descrever de forma exaustiva a situação atual e a evolução prevista na ausência do Plano, mas sim, destacar os aspetos críticos mais pertinentes para o desenvolvimento da AAE, e para a avaliação das propostas da revisão do PDM.
- Análise dos efeitos decorrentes da implementação do plano, através da ponderação dos seguintes aspetos:
 - : Oportunidades em termos de sustentabilidade ambiental, resultantes da proposta de revisão do PDM, e ponderação da sua contribuição para atingir os objetivos estratégicos estabelecidos no QRE, e para colmatar os problemas ambientais presentes no território;

- : Riscos originados pela proposta de revisão do PDM, e avaliação dos potenciais efeitos negativos resultantes da implementação da estratégia definida no Plano;
- : Proposta de medidas destinadas a prevenir, reduzir, e tanto quanto possível, eliminar efeitos adversos significativos no ambiente resultantes da aplicação do Plano.

4 Caracterização da situação atual e evolução prevista na ausência do Plano

4.1 Desenvolvimento Socioeconómico

No respeitante ao turismo, o concelho tem registado um ligeiro acréscimo de estabelecimentos turísticos dado que, em 2015, tinha quatro estabelecimentos e em 2021 tinha seis, abrangendo empreendimentos turísticos e alojamentos locais. Em termos de capacidade de alojamento, para o mesmo período, este aumentou de 82 (2015) para 96 (2021) e a estada média dos turistas registou igualmente um ligeiro acréscimo (em 2015, os turistas ficavam 1,3 noites, e em 2018, a estada média é de 1,4 noites). No entanto, no respeitante a dormidas houve um decréscimo constante, com 5.018 dormidas em 2017, 4.029 dormidas em 2019 e 2.390 dormidas em 2020. Prevê-se que, sem a dinamização do potencial turístico do concelho e do tecido económico local, esta situação se mantenha.

No concelho, no período compreendido entre 2014 e 2018, o valor acrescentado bruto (VAB) das empresas registou um aumento significativo (34%), destacando-se os setores com atividade económica inserida nas CAE “Outras atividades de serviços”, “Alojamento, restauração e similares”, “Educação” e “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” (aumentos de 114,7%, 84,6%, 79,4% e 61,5, respetivamente). Para o mesmo período registou-se um acréscimo de cerca de 5% no total de empresas com sede no concelho de Carregal do Sal, sendo de relevar os crescimentos registados nos setores “M - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares” (+ 19 empresas em 2018), “Q - Atividades de saúde humana e apoio social” (+ 15 empresas em 2018), “N - Atividades administrativas e dos serviços de apoio” (+11 empresas em 2018) e “S - Outras atividades de serviços” (+ 7 empresas em 2018). Importa referir que, para o mesmo período, o setor “A - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” registou um decréscimo de 12 empresas. Na ausência do Plano prevê-se que se mantenha o panorama de crescimento gradual de empresas com sede no concelho de Carregal do Sal, e de decréscimo de empresas associadas ao setor agroflorestal.

O concelho dispõe de três parques industriais, e atualmente apenas um deles (o parque industrial de Sampaio, na freguesia de Oliveira do Conde) apresenta lotes disponíveis para instalação de unidades industriais (5 lotes livres, o que corresponde a 96.521 m²). Na ausência do Plano é expectável que os lotes atualmente disponíveis sejam progressivamente ocupados, inviabilizando a instalação de novas empresas no concelho.

O concelho de Carregal do Sal tem registado um declínio demográfico e um envelhecimento populacional, pelo que na ausência da revisão do Plano é expectável que esta tendência se agrave.

Nos últimos anos, o Município tem apostado na qualificação dos espaços públicos (praças, largos e espaços verdes) e na criação de condições de acessibilidade e mobilidade para todos. Na ausência da revisão do Plano é expectável que esta aposta se mantenha.

4.2 Estruturação e qualificação do território

De acordo com os dados dos Censos de 2011, é possível aferir que a densidade populacional do solo urbano no concelho é de 6,2 habitantes/ha, sendo superior nos perímetros urbanos de Sobral, Fiais da Telha, Póvoa da Arnosa, Pardieiros, Parada e Póvoa de Santo Amaro, Carregal do Sal e Oliveira do Conde, Alvarelhos, com densidades de 9,3; 8,8; 8,5; 8,1; 7,3; 6,6 e 6,4, respetivamente. Face ao declínio demográfico e envelhecimento populacional que se tem verificado no concelho, é expectável que na ausência da revisão do Plano se mantenha a redução da densidade populacional em solo urbano.

Relativamente a processos de renovação, requalificação ou reabilitação urbana, em 2018, dos 31 edifícios concluídos no concelho de Carregal do Sal, 23 correspondiam a construções novas e 8 a ampliações, alterações e reconstruções. A análise deste indicador entre 2014 e 2018 permitiu aferir uma diminuição do número total de obras realizadas (-6%), não obstante o aumento verificado no número de construções novas (28%). Na ausência da revisão do Plano prevê-se que a situação atual se mantenha, com acréscimo no número de construções novas e uma redução de obras de renovação, requalificação ou reabilitação.

4.3 Sustentabilidade ambiental

O concelho de Carregal do Sal, no período compreendido entre outubro de 2013 e junho de 2019, apresenta entre 300 a 500 ha de ações de (re)arborização autorizadas e validadas, não tendo sido possível aferir o tipo de ocupação florestal. Na ausência da revisão do Plano prevê-se que esta situação se mantenha.

No respeitante a intervenções do Município em ações de limpeza e requalificação dos recursos hídricos, entre 2017 e 2019, apenas se registaram investimentos no último ano, visando a reabilitação e requalificação das linhas de água da Ribeira de Cabanas, Ribeira de Beijós, Ribeira do Sobral e Rio Mondego (áreas afetadas pelos incêndios de 2017). Na ausência da revisão do Plano prevê-se que se mantenha um investimento espaçado e débil nesta temática.

Relativamente aos riscos que assolam o território importa relevar, para o período compreendido entre 2013 e 2017, o aumento de incêndios rurais no concelho (24 em 2017 face aos 18 em 2013) e o aumento de área ardida (5.027 ha em 2017 e 2,5 ha em 2013). Para o mesmo período verificou-se um agravar de área ardida correspondente a Matos e a Povoamentos. Na ausência da revisão do Plano dever-se-á aplicar o disposto no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Carregal do Sal. Ainda no respeitante aos riscos foram quantificados 1.144 “possíveis” edifícios vulneráveis aos diversos riscos presentes no território (em 2021), a saber: 44% (507) encontram-se em áreas classificadas como de perigosidade de incêndio alta, 27% (309) estão em zonas ameaçadas por cheias, 24% (270) encontram-se em áreas classificadas como de perigosidade de incêndio muito alta e 5% (58) encontram-se em áreas de instabilidade de vertentes. Efetivamente foram contabilizados os polígonos da cartografia base, sendo que alguns poderão corresponder a uma só habitação, não sendo possível fazer esta distinção cartograficamente. Na ausência do Plano prevê-se que a atual situação se mantenha.

No que respeita ao sistema de abastecimento de água, desde 2016 que 100% dos alojamentos do concelho são servidos por este sistema. Ao nível da qualidade de água para consumo humano, nos últimos cinco anos (de 2015 a 2019), o concelho de Carregal do Sal registou apenas três situações de incumprimento, as quais foram seguidas de imediata correção. Para o período temporal 2014-2018 tem-se registado uma diminuição significativa das perdas de água nos ramais (34 l/(ramal/dia) em 2014, 25 l/(ramal/dia) em 2018) e uma diminuição da ocorrência de falhas no abastecimento de água à população (0,5 l/1000 ramais.ano em 2014, 0,3 l/1000 ramais.ano em 2018). Na ausência do plano não se prevê alterações à situação atual.

Relativamente ao sistema de drenagem de águas residuais, desde 2016, que 75% dos alojamentos são servidos por este sistema. Na ausência do plano prevê-se que esta situação se mantenha. Importa relevar que entre 2014 e 2018, o concelho registou um assinalável aumento no indicador “AR13 – Cumprimento da licença de descarga das ETAR”, passando de 16% (em 2014) para 85% (em 2018).

No respeitante à temática dos resíduos urbanos, entre 2015 e 2019 tem-se verificado um aumento de produção de resíduos urbanos, situação que se prevê aumentar/agravar na ausência do Plano. Relativamente à deposição de resíduos urbanos biodegradáveis em aterro, o concelho registou um decréscimo entre 2013 (92,5%) e 2019 (82,2%). Na ausência do plano prevê-se que esta tendência se mantenha.

A Câmara Municipal de Carregal do Sal dispõe de um Mapa de Ruído do concelho, elaborado em setembro de 2020. Este elenca como pontos de incumprimento dos valores limite para zonas mistas, a envolvente do IC12 e EN234. Na ausência da revisão do Plano prevê-se que esta situação se mantenha.

O investimento municipal em programas de eficiência energética tem sido uma aposta do Município, pelo que se prevê que na ausência do Plano este mantenha a sua política de investimento.



5 Efeitos decorrentes da implementação do plano

A análise efetuada ao nível dos fatores críticos de decisão evidencia que a proposta de revisão do Plano Diretor Municipal resultará na proteção, racionalização e valorização dos recursos:

Tabela 3. Efeitos decorrentes da implementação do Plano

Desenvolvimento Socioeconómico
Atendendo às perspetivas em termos de implantação e desenvolvimento das atividades económicas e às propostas da revisão do plano diretor municipal que viabilizam e favorecem o empreendedorismo, a microeconomia, a criatividade e a instalação de empresas em áreas estratégicas para o Município, visando a valorização dos recursos endógenos, a reflorestação do concelho com espécies autóctones e o fomento das sinergias entre as atividades agrícolas, florestais, a indústria, a investigação e o turismo, considera-se estarem criadas oportunidades significativas para o concelho. No respeitante ao potencial humano poderá haver um risco moderado resultante do decréscimo e envelhecimento da população e face à implantação de unidades industriais e dinamização do setor agrícola poderá haver um risco moderado de impermeabilização dos solos, de contaminação dos solos, atmosfera e águas.
Estruturação e qualificação do território
As políticas e medidas previstas na proposta de revisão do PDM consubstanciam uma forte aposta na reabilitação urbana para suprimimento de necessidades de alojamento e revitalização de zonas mais antigas e desabitadas dos centros urbanos, nomeadamente com a elaboração de Operações de Reabilitação Urbana (ORU) de Cabanas de Viriato, Oliveira do Conde, Beijós, Fiais da Telha, Papízios e Parada. Pelo que, entende-se que um cenário de crescimento será uma oportunidade significativa para o surgimento de investimentos em projetos de recuperação, valorização e promoção patrimonial. No entanto, em caso de estagnação da economia, haverá sempre o risco destas intervenções serem limitadas.
Sustentabilidade ambiental
As políticas e medidas previstas na proposta de revisão do PDM revelam uma aposta na criação/reestruturação dos sistemas de tratamento de águas residuais, na criação de condições à mobilidade suave, na aposta na eficiência energética nos espaços públicos e no reforço de campanhas visando a promoção da recolha seletiva de resíduos. No respeitante à qualidade de vida e saúde das populações poderá haver um risco moderado associado à exposição ao ruído resultante do aumento de tráfego e captação/dinamização das atividades económicas.

6 Monitorização ambiental estratégica do Plano

A monitorização da Avaliação Ambiental Estratégica assenta num conjunto de indicadores de controlo, que têm por objetivo identificar e corrigir atempadamente efeitos negativos que possam ocorrer no período de vigência do Plano Diretor Municipal. Estes conjuntos de indicadores estão organizados em função dos fatores de decisão, de acordo com o quadro seguinte:

Tabela 4. Indicadores para a monitorização da execução do Plano

Fatores Críticos para a Decisão	Indicadores
Desenvolvimento Socioeconómico	Alojamentos turísticos por tipologia
	Capacidade de alojamento
	Estada média dos turistas
	Dormidas
	Evolução do VAB do concelho
	Disponibilidade de áreas para localização de novas unidades empresariais
	Evolução do tecido empresarial por setor de atividade económica
	Evolução dos postos de trabalho por setor de atividade económica
	Taxa de crescimento do emprego
	Remunerações médias por setor de atividade
	Taxa de crescimento da população por grupos etários
	Intervenções em espaços verdes de utilização coletiva
	Intervenção em espaços urbanos de utilização coletiva
	Intervenções/ações enquadradas em projetos de acessibilidade e mobilidade para todos
	Percursos pedestres/ciclovias devidamente identificados, sinalizados e infraestruturados
	Edifícios públicos com condições de acesso a pessoas com mobilidade condicionada
Estruturação e qualificação do território	Densidade populacional no solo urbano
	Pedidos de licenciamento em solo urbano e em solo rústico
	Processos de renovação, requalificação ou reabilitação urbana
	Intervenções de qualificação do espaço urbano público
	Espaços verdes, de recreio e lazer localizados dentro dos perímetros urbanos
	População que subscreveu a newsletter do município e/ou que acede aos serviços online
	Despesa do Município em património cultural
Sustentabilidade ambiental	Ações de (re)arborização autorizadas/validadas ou realizadas
	Investimento na limpeza e requalificação dos recursos hídricos
	Descargas ilegais (águas residuais e/ou resíduos) detetadas e/ou queixas recebidas

	Edifícios vulneráveis a cada tipologia de risco natural específico
	Ocorrências de incêndios florestais e urbanos
	Evolução do território ardido
	Tipologia de povoamentos ardidos
	Acidentes de tráfego rodoviário e ferroviário
	Alojamentos servidos por sistema de abastecimento de água
	Qualidade da água para consumo humano
	Perdas no sistema de abastecimento
	Ocorrência de falhas no abastecimento de água à população
	Alojamentos servidos por sistema de drenagem de águas residuais
	Eficiência do tratamento das ETAR
	População servida por sistema de recolha de resíduos urbanos – incluindo recolha seletiva
	Produção de resíduos urbanos por habitante
	Deposição de resíduos urbanos biodegradáveis (RUB) em aterro
	População exposta a níveis de ruído superiores aos limites legais
	Consumo de energia
	Investimento municipal em programas de eficiência energética

7 Conclusões finais

A avaliação ambiental efetuada permitiu aferir que a proposta da segunda revisão do Plano Diretor Municipal de Carregal do Sal constitui globalmente uma oportunidade para o desenvolvimento e a valorização do concelho, uma vez que vai permitir a concretização de alguns dos objetivos constantes nos planos e programas de âmbito regional e nacional.

Estas oportunidades de melhoria do concelho assentam essencialmente (i) na proteção do solo e na contenção da construção; (ii) no reforço da qualidade do ambiente urbano por via da valorização do património natural e arquitetónico, da implementação de uma estratégia de reabilitação urbana e de mobilidade suave, da criação de espaços verdes de lazer e recreio e da ampliação da rede de infraestruturas urbanas; (iii) no reforço da atratividade do território e no apoio à atividade empresarial nomeadamente nas áreas consideradas estratégicas para o território e que valorizam os recursos endógenos, como o setor agroflorestal, a vitivinicultura e o turismo; (iv) proteção do ambiente e das massas de água, e minimização dos riscos a que está exposto o território.

